



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries	Ano 240\$
A 1.ª série	90\$
A 2.ª série	80\$
A 3.ª série	80\$

Aviso: Número de duas páginas \$30;
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2,50 a linha, acrescido do respectivo imposto do sétio. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério do Interior :

Decretos n.º 24:066 e 24:067 — Aprovam, respectivamente, os quadros e respectivos vencimentos do pessoal do Asilo de Velhinhos Maria e Oliveira, de Alcobaça, e Misericórdia de Portalegre.

Decreto-lei n.º 24:068 — Reforça, por transferência de verba, a dotação orçamental consignada a despesas reservadas de publicidade e propaganda.

Ministério da Marinha :

Declaração de ter sido, por despacho ministerial, autorizada a transferência de uma verba dentro do orçamento do Ministério.

Ministério da Instrução Pública :

Decreto-lei n.º 24:069 — Reforça diversas verbas inscritas no orçamento do Ministério.

Ministério do Comércio e Indústria :

Nota das taxas, fixadas por despacho ministerial, a pagar pelos sócios do Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos sobre as quantidades exportadas de vinhos aguardentados e para fabrico de aperitivos.

Ministério da Agricultura :

Decreto-lei n.º 24:070 — Autoriza o pagamento da cota de Portugal para o funcionamento do Office International du Vin, respeitante ao ano de 1933.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência

Decreto n.º 24:066

Usando da faculdade conferida pelos n.º 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal do Asilo de Velhinhos Maria e Oliveira, de Alcobaça, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 regente	3.600\$00
1 cozinheira	720\$00
1 lavandeira	780\$00
1 criada	720\$00
1 criada	480\$00

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Misericórdia de Portalegre, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 médico da enfermaria de cirurgia	600\$00
1 médico da enfermaria de medicina	600\$00
1 médico radiologista	600\$00
1 médico analista	600\$00
1 cartorário	4.200\$00
1 farmacêutico	1.620\$00
1 fiscal dos serviços hospitalares	6.600\$00
1 enfermeiro diplomado e especializado em radiologia	6.600\$00
1 enfermeira	2.160\$00
2 ajudantes de enfermeiro, cada um 1.560\$ (a)	3.120\$00
2 ajudantes de enfermeira, cada uma 1.560\$ (a)	3.120\$00
4 serventes das enfermarias, dois de cada sexo, cada um 720\$ (b)	2.880\$00
1 cozinheira (b)	900\$00
1 ajudante de cozinheira (b)	720\$00
1 lavandeira (b)	840\$00
1 barbeiro	600\$00
1 guarda-portão do hospital (b)	480\$00
1 fiscal do Asilo João Augusto Alves	900\$00
1 servente (b)	720\$00
1 guarda-portão (b)	90\$00

(a) Têm alimentação na Santa Casa ou subsídio para alimentação de 180\$ mensais.

(b) Têm alimentação na Santa Casa.

O médico radiologista tem 50 por cento das importâncias das radiografias ou radioskopias pagas.

O médico analista tem 80 por cento das importâncias das análises pagas.

O médico encarregado dos agentes físicos tem 20 por cento das importâncias dos tratamentos pagos.

O fiscal dos serviços hospitalares tem 40 por cento

das importâncias das esterilizações pagas e 10 por cento das importâncias pagas pela sala de operações.

O fiscal do Asilo João Augusto Alves, que tem a seu cargo a cobrança de cotas, tem 15 por cento da importância cobrada e 10 por cento do rendimento do balneário, de que é também encarregado.

Publique-se e cumpra-se como nôle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Antônio Raúl da Mata Gomes Pereira.*

3.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 24:068

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 250.000\$ a verba inscrita no n.º 1) do artigo 8.º, capítulo 1.º, do orçamento do Ministério do Interior decretado para o ano económico de 1933-1934.

Art. 2.º No orçamento do Ministério das Finanças decretado para o mesmo ano económico, no capítulo 1.º, é anulada igual quantia na verba inscrita no n.º 5) do artigo 6.º

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nôle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Antônio de Oliveira Salazar—Antônio Raúl da Mata Gomes Pereira—Manuel Rodrigues Júnior—Luiz Alberto de Oliveira—Antíbal de Mesquita Guimardes—José Caetano da Mata—Duarte Pacheco—Armindo Rodrigues Monteiro—Alexandre Alberto de Sousa Pinto—Sebastião Garcia Ramires—Leovigildo Queimado Franco de Sousa.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Para os devidos efeitos se declara que S. Ex.º o Ministro da Marinha, por seu despacho de 18 do corrente mês, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 200\$ da verba inscrita no n.º 3) para o n.º 1) do artigo 92.º, capítulo 6.º, do orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 22 de Junho de 1934.—Pelo Director dos Serviços, *Eugénio Pereira.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

10.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 24:069

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São autorizados no orçamento do Ministé-

rio da Instrução Pública para o ano económico de 1933-1934 os seguintes reforços de verba:

CAPÍTULO 3.º

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Instrução universitária

Anexo à Faculdade de Letras de Lisboa

Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos

Pagamento de serviços:

Artigo 198.º—Diversos serviços:

2) Abonos para pagamento de serviços não especificados, escavações, levantamento da carta arqueológica, etc.	<u>8.000\$00</u>
--	------------------

CAPÍTULO 4.º

Repartição do Ensino Secundário

Instrução secundária

Liceu de Nun'Álvares (Castelo Branco)

Despesas com o material:

Artigo 614.º—Despesas de conservação e aproveitamento do material:

1) De imóveis:

b) Prédios urbanos.	<u>704\$00</u>
-----------------------------	----------------

Pagamento de serviços:

Artigo 617.º—Despesas de comunicações:

2) Telefones.	<u>14\$52</u>
-----------------------	---------------

Art. 2.º São anuladas no mesmo orçamento as seguintes importâncias:

CAPÍTULO 4.º

Repartição do Ensino Secundário

Instrução secundária

Liceu de Nun'Álvares (Castelo Branco)

Despesas com o material:

Artigo 615.º—Material de consumo corrente:

2) Diversos não especificados, incluindo artigos de expediente, etc.	<u>14\$52</u>
--	---------------

Pagamento de serviços:

Artigo 616.º—Despesas de higiene, saúde e conforto:

1) Luz, aquecimento, água, lavagens, etc. . . .	<u>704\$00</u>
---	----------------

CAPÍTULO 6.º

Direcção Geral do Ensino Primário

Serviços docentes

Diversos encargos:

Artigo 828.º—Encargos administrativos:

1) Outros encargos:

d) 300 subsídios a professores particulares	<u>8.000\$00</u>
---	------------------

Publique-se e cumpra-se como nôle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António*